



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

## APÊNDICE - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

**PREGÃO ELETRÔNICO (Tradicional) n.º 90012/2024**  
(Processo Administrativo n.º 23381.002812.2024-33)

# Estudo Técnico Preliminar 17/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23381.002812.2024-33

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar à contratação de solução, mensurando os riscos, determinando as estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração do Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução demandada.

2.2. O estudo, aqui apresentado, recai sobre a realização de licitação, centralizada, com o intuito de proceder com a contratação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, destinado aos discentes matriculados na âmbito do Instituto Federal da Paraíba, os quais se encontram em período de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, ou no desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, e demais discentes de instituições externas que realizam estágios nas dependências da instituição, para fins de atendimento as necessidades institucionais, identificando e analisando os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.3. O Instituto Federal da Paraíba, oferta ensino público, gratuito e de qualidade, atua na disponibilização de cursos técnicos de nível médio, cursos superiores, cursos de especialização e cursos de curta duração, buscando articular ensino, pesquisa, extensão, inovação, trabalho e práticas sociais. Para o desenvolver de todas as atividades acadêmicas e administrativas, há necessidade em dotar a instituição com infraestrutura básica, provendo condições adequadas para a formação de seus discentes, bem como para o fortalecimento de suas relações com a comunidade.

2.4. Diante desse cenário, a contratação da prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais para o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) surge como uma resposta necessária a uma série de demandas e preocupações institucionais relacionadas à segurança e bem-estar dos discentes.

2.5. Os discentes matriculados no IFPB, bem como aqueles de instituições externas que realizam estágios nas dependências do instituto, estão constantemente expostos a riscos enquanto participam de estágios curriculares obrigatórios, ações de ensino, pesquisa e extensão. Essas atividades, embora essenciais para a formação acadêmica e profissional, podem acarretar situações de risco que, em caso de acidente, podem resultar em danos físicos e financeiros significativos para os envolvidos e para a instituição.

2.6. A ausência de um seguro adequado para cobrir eventuais acidentes pessoais representa uma vulnerabilidade significativa para o IFPB, tanto em termos de responsabilidade legal quanto de bem-estar dos estudantes. Essa situação pode comprometer a confiança dos estudantes e seus familiares na segurança das atividades oferecidas pelo instituto, além de potencialmente prejudicar a continuidade das ações de ensino, pesquisa e extensão.

2.7. A necessidade de contratação de um seguro coletivo contra acidentes pessoais é impulsionada pela necessidade de garantir proteção e segurança aos discentes durante suas atividades acadêmicas e profissionais. A contratação de uma empresa especializada permitirá ao IFPB:

- i. Assegurar a Proteção dos Discentes: Proporcionar cobertura financeira para despesas médicas e hospitalares decorrentes de acidentes pessoais ocorridos durante a realização de estágios e outras atividades acadêmicas;
- ii. Mitigar Riscos Institucionais: Reduzir a exposição do IFPB a responsabilidades legais e financeiras decorrentes de acidentes com os discentes;
- iii. Garantir Continuidade das Atividades: Facilitar a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, assegurando que os discentes possam participar dessas atividades com a confiança de que estão protegidos em caso de acidentes;
- iv. Promover a Tranquilidade dos Discentes e seus Familiares: Aumentar a confiança e a tranquilidade dos discentes e seus familiares, sabendo que a instituição se preocupa com a segurança e bem-estar dos estudantes.

2.8. Com a contratação de uma empresa especializada em seguro coletivo contra acidentes pessoais, o IFPB almeja alcançar:

- i. Segurança e Bem-Estar dos Estudantes: Garantir que os discentes estejam protegidos em todas as circunstâncias durante suas atividades acadêmicas, proporcionando um ambiente seguro para o aprendizado e desenvolvimento profissional.
- ii. Conformidade Legal: Assegurar que a instituição cumpra todas as exigências legais e normativas relacionadas à segurança e proteção dos estudantes.
- iii. Imagem Institucional Positiva: Fortalecer a imagem do IFPB como uma instituição que preza pela segurança e bem-estar de seus alunos, demonstrando compromisso com a qualidade do ensino e das condições oferecidas.
- iv. Prevenção de Perdas Financeiras: Proteger a instituição contra possíveis perdas financeiras decorrentes de processos judiciais e custos médicos associados a acidentes pessoais com os discentes.

2.9. Assim, a contratação do seguro coletivo contra acidentes pessoais é uma medida estratégica essencial para o IFPB, visando à proteção integral dos seus discentes e à garantia de um ambiente acadêmico seguro e promissor.

2.10. Tal estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 8º, Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Estágio e Relações Empresariais	GLAUCIENE OLIVEIRA DE SANTANA

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

4.1.1. A prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, destinado aos discentes matriculados na âmbito do Instituto Federal da Paraíba, os quais se encontram em período de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, ou no desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, e demais discentes de instituições externas que realizam estágios nas dependências da instituição, para fins de atendimento as necessidades institucionais.

4.1.2. A contratação seguirá as diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, bem como aos critérios operacionais regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

4.1.3. Autarquia vinculada ao Ministério da Economia, ambas criadas pelo Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966. A SUSEP é o órgão responsável pela execução das políticas traçadas pelo CNSP, controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

4.1.4. Para fins de conceituação, são definidos os seguintes demonstrativos:

i. Acidente Pessoal (AC): é o evento fortuito, exclusivamente e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente, total ou parcial do segurado ou torne necessário tratamento médico.

ii. Segurados: Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da instituição, e ou de outras instituições de ensino, em desenvolvimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, no âmbito do IFPB, assim como, em desenvolvimento atividades extensão, aulas teóricas e práticas, excursões, visitas técnicas e participação em eventos de natureza científica, acadêmica, artística, cultural e desportiva em que represente a instituição.

- iii. Morte Acidental (MAC): Garante aos beneficiários indicados o pagamento de uma indenização de 100% ao valor Capital Segurado na Cobertura, em caso de falecimento do Segurado decorrente de acidente pessoal devidamente coberto.
  - iv. Invalidez Permanente por Acidente (IPA): Garante ao segurado o pagamento de uma indenização, conforme tabela proporcional ao valor do Capital Segurado de até 100% do Capital Segurado na Cobertura, após o reconhecimento da invalidez permanente pela CONTRATADA, relativa à perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente, mediante comprovação por laudo médico.
  - v. Despesas Médico-Hospitalares (DMHO): Garante ao Segurado o reembolso, limitado ao valor do Capital Segurado nesta Cobertura, de Despesas médico-hospitalares, efetuadas em seu tratamento, sob orientação médica, realizado em consequência de acidente pessoal coberto, desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias do acidente.
  - vi. Auxílio-Funeral (AF): Em caso de falecimento do segurado a contratada providenciará o reembolso das despesas decorrentes da morte, sendo tal reembolso limitado em R\$ 3.000,00 (três mil reais). As despesas serão reembolsadas mediante a apresentação das respectivas notas fiscais.
- 4.1.5. Não será permitida a participação de corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, com fundamento no artigo 122, do Decreto-Lei n.º 73/1966, no artigo 100, do Regulamento do Decreto-Lei n.º 73/1966 e no Acórdão TCU n.º 600 /2015;
- 4.1.6. Não haverá prazo de carência para o início da cobertura dos seguros, observado o disposto nos artigos 797 e 798 da Lei n.º 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).
- 4.1.7. A CONTRATADA deverá atender com presteza às reclamações, principalmente as que se referem à qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 4.1.8. A CONTRATADA deverá fornecer os números para chamadas gratuitas ao Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), 24 horas por dia, sete dias por semana, durante toda a vigência do contrato, através de chamada telefônica, a fim de que seja possível registrar a ocorrência de sinistro, solicitações e reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, obter suporte técnico e esclarecimentos;
- 4.1.9. A CONTRATADA não deve divulgar, nem fornecer, dados ou informações obtidas em razão do contrato e não utilizar o nome da CONTRATANTE para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia e formal da CONTRATANTE;

4.1.10. A CONTRATADA deverá disponibilizar material explicativo sobre os serviços contratados, a forma de atendimento e o número da Central de Atendimento Gratuito 24 horas em formato digital, que será divulgado pela CONTRATANTE no seu site institucional, como também poderá ocorrer envio por mensagem eletrônica (e-mail) aos segurados, a qualquer momento, durante a vigência do contrato;

4.1.11. Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com a Administração Pública federal, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante;

4.1.12. São requisitos de qualificação técnica:

4.1.12.1. Prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

4.1.12.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.1.12.2.1. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.1.12.2.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a. No mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre que a empresa licitante executa ou executou contrato de prestação dos serviços compatíveis ao objeto da contratação, em quantidade correspondente a no mínimo de 10% (dez por cento) da quantidade total prevista no Instrumento Convocatório.

b. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.1.12.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

4.1.12.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

4.1.12.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017;

#### 4.1.13. Da justificativa acerca da natureza comum do serviço:

4.1.13.1. A Lei nº 14.133/21, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, define serviços comuns como aqueles que podem ser objeto de padronização e cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Tais serviços são caracterizados pela possibilidade de descrição objetiva e precisa de suas características e resultados esperados, facilitando a comparação entre as propostas dos fornecedores.

4.1.13.2. Os serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais apresentam as seguintes características que os enquadram como serviços comuns, conforme a Lei nº 14.133/21:

i. Padronização dos Serviços: O mercado de seguros dispõe de produtos padronizados que atendem às necessidades de cobertura contra acidentes pessoais. As seguradoras oferecem apólices com coberturas, condições e exclusões claramente definidas, permitindo uma padronização dos serviços ofertados.

ii. Especificações Usuais no Mercado: As especificações dos seguros contra acidentes pessoais são amplamente conhecidas e utilizadas no mercado. Os termos de cobertura, franquias, limites de indenização, e exclusões são descritos de forma objetiva e estão presentes nas condições gerais das apólices comercializadas pelas seguradoras.

iii. Comparabilidade: As propostas de seguros podem ser facilmente comparadas com base em critérios objetivos, como cobertura, prêmios, franquias e condições de pagamento. Essa comparabilidade permite que a administração pública escolha a proposta mais vantajosa de forma transparente e fundamentada.

iv. Previsibilidade dos Resultados: Os resultados esperados dos serviços de seguro são previsíveis e mensuráveis. Em caso de

sinistro, a apólice define claramente os procedimentos para indenização e os valores a serem pagos, proporcionando segurança e previsibilidade tanto para a instituição quanto para os beneficiários do seguro.

4.1.13.3. A contratação de seguros contra acidentes pessoais para os discentes do IFPB é uma necessidade institucional que pode ser atendida por meio de serviços comuns. A padronização e objetividade dos produtos de seguros disponíveis no mercado permitem que o IFPB elabore um edital com especificações claras e objetivas, conforme previsto na Lei nº 14.133/21.

4.1.13.4. Portanto, os serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais são considerados serviços comuns nos termos da Lei nº 14.133/21 devido à sua padronização, especificações usuais no mercado, possibilidade de comparação objetiva entre propostas e previsibilidade dos resultados. Isso facilita a contratação desses serviços pelo IFPB, assegurando que a instituição obtenha a cobertura necessária para proteger seus discentes de maneira eficiente e transparente.

#### 4.1.14. Dos critérios e práticas de sustentabilidade:

4.1.14.1. Para garantir que a contratação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais seja realizada de forma sustentável, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), é necessário observar critérios e práticas que promovam a sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social, econômica e cultural.

##### **4.1.14.1.1. Dimensão Ambiental:**

- i. Gestão Adequada de Resíduos: Incluir cláusulas contratuais que exijam a gestão adequada dos resíduos gerados durante a execução do contrato, conforme as normas ambientais vigentes.
- ii. Utilização de Materiais Sustentáveis: Preferência por materiais recicláveis e biodegradáveis na documentação e comunicação.
- iii. Redução de Emissões: Incentivar o uso de tecnologias e práticas que reduzam a emissão de gases de efeito estufa.

##### **4.1.14.1.2. Dimensão Social:**

- i. Inclusão Social: Promover a contratação de mão de obra local e de grupos em situação de vulnerabilidade, incluindo mulheres vítimas de violência doméstica, conforme orientado pelo Decreto Federal n.º 11.430/2023.



- ii. Responsabilidade Social: Estabelecer programas de capacitação e desenvolvimento profissional para os empregados da empresa contratada.

#### **4.1.14.1.3. Dimensão Econômica:**

- i. Custo-Benefício: Garantir que a contratação seja financeiramente viável, assegurando o melhor retorno sobre o investimento público.
- ii. Transparência e Competitividade: Promover processos de contratação transparentes e competitivos, garantindo igualdade de oportunidades para todas as empresas participantes.

#### **4.1.14.1.4. Dimensão Cultural:**

- i. Respeito à Diversidade: Incluir cláusulas que promovam o respeito à diversidade cultural e social, valorizando práticas que integrem diferentes segmentos da sociedade.

4.1.14.2. A adoção dessas práticas não apenas contribui para a preservação ambiental e a justiça social, mas também assegura que a contratação pública esteja alinhada com os princípios modernos de sustentabilidade, conforme as diretrizes da AGU (Serviços e Informações do Brasil).

#### **4.1.15. Da justificativa acerca da natureza continuada do objeto:**

4.1.15.1. Os serviços prestados de forma contínua, in casu, conforme disciplina o inciso XV, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente, contínua e prolongada, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional;

4.1.15.2. A natureza dos serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais requer continuidade para garantir a proteção e segurança dos discentes durante todo o período em que estiverem matriculados e participando de atividades acadêmicas, de pesquisa, extensão ou estágios curriculares obrigatórios. A interrupção desse serviço pode expor os discentes a riscos e deixar a instituição vulnerável a responsabilidades legais e financeiras em caso de acidentes.

4.1.15.3. A continuidade na prestação do serviço de seguro é crucial para manter a conformidade com normas legais e regulatórias. A interrupção da

cobertura pode implicar em não conformidade com requisitos legais que exigem a proteção dos estudantes, além de comprometer a imagem e a credibilidade da instituição.

4.1.15.4. Contratos continuados permitem um planejamento financeiro mais eficaz para o IFPB, garantindo previsibilidade nos custos e facilitando a gestão orçamentária. A contratação contínua de serviços de seguro permite negociar condições mais favoráveis e manter a estabilidade dos custos ao longo do tempo.

4.1.15.5. A continuidade na prestação de serviços de seguro garante aos discentes a tranquilidade e a segurança necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e profissionais. Isso reforça o compromisso do IFPB com a segurança e bem-estar de seus estudantes, além de assegurar um ambiente educacional propício.

4.1.15.6. Portanto, a contratação dos serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais para os discentes do IFPB justifica-se como de natureza continuada nos termos da Lei nº 14.133/21. Essa continuidade é essencial para a proteção dos estudantes, a conformidade legal, o planejamento financeiro da instituição e a manutenção de condições favoráveis para o desenvolvimento acadêmico dos discentes.

4.1.16. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada:

4.1.16.1. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.16.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- i. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- ii. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- iii. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- iv. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

v. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.1.16.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.1.16.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.1.16.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

4.1.16.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.1.17. Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

4.1.17.1. Não haverá necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação pretendida pela Administração, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

4.1.18. Da justificativa da Não Adoção do Sistema de Registro de Preços

4.1.18.1. Após cuidadosa análise das características da contratação pretendida, verificou-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços não é a modalidade mais adequada para atender às necessidades específicas da Administração, pelos seguintes motivos:

i. A natureza da contratação não exige a realização de compras frequentes ou entregas parceladas, sendo mais eficiente e economicamente vantajosa a realização de um procedimento licitatório convencional.

ii. O objeto da contratação possui especificidades técnicas que demandam ajustes precisos e customizados, incompatíveis com a dinâmica do Sistema de Registro de Preços, o qual é mais adequado para contratações padronizadas e de menor complexidade.

iii. A contratação possui quantitativos e prazos claramente definidos e não prevê alterações significativas durante a execução do contrato, o que torna o SRP desnecessário.

iv. análise de custo-benefício indica que a realização de uma licitação tradicional proporcionará melhores condições comerciais e menor

custo administrativo para a Administração, em comparação com a utilização do SRP.

4.1.18.2. Diante dos motivos expostos, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços não se mostra adequada para a presente contratação. Portanto, justifica-se a realização do procedimento licitatório na modalidade [indicar a modalidade], conforme estabelecido pela Lei 14.133 /21.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Neste tópico urge a importância de pesquisar e determinar as soluções capazes de atender satisfatoriamente os ambientes produtivos que gozam os diversos setores de atuação desta Autarquia – que estão alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração.

5.2. Nossa investigação tem o condão de identificar empreendimentos possíveis de aproximar as compras públicas da Administração às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

5.3. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

5.4. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros instrumentos convocatórios, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

5.5. Cumpre informar que não foi necessário a utilização de audiência pública em virtude do resultado das pesquisas no site de compras do governo, que foram suficientes para comprovar a viabilidade da metodologia e a disponibilidade de empresas para execução do objeto, além de demonstrar que a contratação dos serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas a execução dos serviços, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução para atendimento das necessidades institucionais é bastante simplificada, sendo materializada pela empresa contratada mediante a prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, para fins de atendimento às necessidades institucionais, de acordo com as especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência que balizará o processo licitatório.

6.2. O seguro a ser contratado será na modalidade de ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO (Morte Acidental, Indenização por Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, Despesas Médico-Hospitalares e Auxílio-Funeral), e objetiva garantir o pagamento de indenização até o limite do capital segurado, em caso de sinistro decorrente de evento coberto pela Apólice de Seguro, conforme demais condições abaixo descritas.

6.2.1. Os eventos a serem cobertos pela apólice de seguro e os respectivos capitais segurados são os seguintes:

COBERTURAS	CAPITAL SEGUADO
Morte Acidental (MAC)	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Invalidez Permanente por Acidente (IPA)	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Despesas Médico-Hospitalares (DMHO)	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Auxílio-Funeral (AF)	R\$ 3.000,00 (três mil reais).

6.2.2. Os capitais segurados indicados acima correspondem ao valor per capita, isto é, para cada segurado incluído na apólice.

6.2.3. A CONTRATADA terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da data do recebimento dos documentos exigidos, para efetuar indenização das coberturas acima mencionadas.

6.2.4. No preço do PRÊMIO MENSAL POR SEGUADO a alíquota do IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários) a ser considerada será de 0% (zero por cento) em virtude de o CONTRATANTE corresponder a Órgão da Administração Pública.

6.2.5. Das assistências especiais:

6.2.5.1. Em todos os casos de acidentes ocorridos, nas dependências ou não da CONTRATANTE, e desde que o segurado esteja desenvolvendo as atividades descritas como pertinentes às atividades de discente, haverá prestação das seguintes assistências, que deverão ser acionadas através de central de atendimento 0800.

6.2.5.1.1. Em caso de acidente pessoal coberto em que seja impossível a locomoção do Segurado, por recomendação médica, e

desde que o afastamento seja superior a 5 (cinco) dias úteis, a contratada providenciará transporte de ida e volta nas seguintes situações:

- i. Entre a residência e a instituição o limite máximo de reembolso será de até R\$ 30,00 (trinta) reais, por dia, por no máximo, 30 (trinta) dias;
- ii. Entre a residência e a clínica ou hospital para tratamento indicado por recomendação médica: o limite máximo de reembolsos será de R\$ 30,00 (trinta) reais por dia, até o máximo de 20 (vinte) sessões. Deverá ser comprovado o pedido médico relativo às sessões;
- iii. Remoção de emergência: em caso de segurado ser vítima de acidente pessoal coberto que necessite de hospitalização, a contratada providenciará a remoção deste em ambulância por via terrestre até o centro médico hospitalar mais próximo;
- iv. Remoção hospitalar: em caso de acidente pessoal coberto, o segurado, se necessitar de remoção para hospital devidamente capacitado, de acordo com atestado médico, sendo devida a remoção por meio de UTI móvel inclusive;
- v. Retorno a domicílio após alta hospitalar em caso de acidente pessoal coberto: caso o segurado não tenha condições de retornar a seu domicílio como passageiro regular.

6.2.6. Assistência 24 (vinte e quatro) horas com cobertura em quaisquer localidades do território nacional:

- i. Atendimento por rede de hospitais e clínicas conveniadas em âmbito Nacional, principalmente no estado sede da CONTRATANTE;
- ii. Transporte entre a residência e a clínica ou hospital para tratamento médico e ou fisioterápico;

6.2.7. A contratada deverá providenciar, preferencialmente na(s) cidade(s) sede da CONTRATANTE o credenciamento de, pelo menos, um Hospital ou Clínica.

6.2.7.1. Caso a localidade do sinistro não possua rede credenciada, os beneficiários terão direito a:

- i. Reembolso das despesas realizadas em hospitais ou clínicas não conveniadas (até o limite da quanta segurada);
- ii. Em caso de reembolso de despesas, o segurado deverá receber o valor referente ao sinistro em no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da documentação necessária, comumente exigidas pelas seguradoras.

6.3. Os serviços deverão ser executados conforme demanda mensal, com rotatividade de segurado(s), ou seja, mudança periódica da relação de segurados.

6.3.1. O seguro a ser contratado deverá permitir a substituição de segurados, tendo em vista a grande rotatividade dos estagiários da CONTRATANTE;

6.3.2. A CONTRATANTE a qualquer tempo, poderá expressamente substituir o(s) beneficiário(s) do seguro.

6.3.3. Haverá, assim, situações em que o quadro estará incompleto e, à medida que os estudantes iniciarem os períodos de estágio ou se desligarem dessa atividade, seus nomes e respectivos dados – data de nascimento, CPF, beneficiário – serão imediatamente informados, por escrito, à seguradora contratada; os demais terão seus nomes e dados informados posteriormente, à época do início de seus respectivos períodos de estágio;

6.3.4. O contrato de seguro deverá, portanto, prever tal situação, possibilitando inclusões de novos estudantes e exclusões de estagiários já segurados, bem como a emissão de apólice de seguro e respectivos endossos, ainda que o quadro de estagiários não esteja totalmente preenchido;

6.3.5. A eventual inclusão ou exclusão de segurados corresponderá aumento ou redução do preço mensal, proporcionalmente.

6.4. O quadro de estagiários é variável quanto à idade, sendo certo que todos terão, no mínimo, 16 (dezesseis) anos, não havendo idade limite máxima para o desempenho das atividades de estágio, desde que cumpra os requisitos de escolaridade e demais, e quanto ao período em que os estudantes figurarão como segurados.

6.5. Não haverá franquia e ou carência para nenhuma cobertura do plano de seguro a ser contratado.

6.6. A contratação do seguro seguirá as normas regulamentares expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

6.6.1. O plano comercializado deverá possuir um número de registro na SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

6.7. Após o recebimento da 1ª listagem de segurados, fornecida pelo(a) CONTRATANTE, a seguradora deverá providenciar a emissão e a entrega da Apólice de Seguro e das Condições Gerais, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

6.7.1. A Apólice, as Condições Gerais e todos os demais documentos referentes a esta contratação poderão ser encaminhadas por meio eletrônico para: [estagio.reitoria@ifpb.edu.br](mailto:estagio.reitoria@ifpb.edu.br) ou entregues diretamente ao agente responsável, (fiscal) designado pelo(a) CONTRATANTE, no seguinte endereço: Av. João da Mata, 256, Jaguaribe. CEP: 58.015-020. Cidade: João Pessoa-PB, no horário de 09h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira.

6.7.2. A Apólice e as Condições Gerais do Seguro ficam subordinadas às regras determinadas no Instrumento Convocatório e na Ata de Registro de Preços.

6.8. O(A) CONTRATANTE designará servidor (ou comissão de servidores) que ficará responsável pela fiscalização desta contratação, em conformidade com as disposições estabelecidas no Termo de Referência.

6.9. A seguradora deverá informar, ao fiscal da contratação, número de telefone e ou endereço de correio eletrônico para contatos relacionados ao seguro contratado.

6.10. O(A) CONTRATANTE encaminhará à seguradora a relação de segurados para inclusão inicial na Apólice de Seguro, indicando: nome completo, data de nascimento e nº de inscrição no CPF/MF.

6.10.1. Havendo necessidade de dados complementares sobre os segurados, a seguradora poderá solicitá-los diretamente ao fiscal.

6.11. A seguradora não poderá obstar a inclusão de segurado na Apólice de Seguro, salvo se por motivo devidamente justificado ao CONTRATANTE e previsto na legislação pertinente ao objeto desta contratação.

6.12. Recebida a relação inicial pela Seguradora, a vigência do seguro deverá iniciar, no máximo, a partir da zero hora do 1º dia útil subsequente.

6.13. Tendo em vista a rotatividade dos estagiários (segurados) vinculados à(ao) CONTRATANTE, o Gestor responsável pelo seguro encaminhará à Seguradora, mensalmente (último dia útil do mês vigente) a relação dos estagiários ativos, devendo este serem cobertos a partir de seu vínculo com aquele órgão, o qual será comprovado, em caso de necessidade.

6.14. A seguradora deverá enviar ao CONTRATANTE, quando da inclusão inicial e, após, mensalmente, relação dos segurados cobertos pela Apólice, para fins de conferência.

6.15. O prêmio de seguro será pago em parcelas mensais, e corresponderá à multiplicação do prêmio mensal por segurado pela quantidade de segurados no período correspondente.

6.16. Caso o período a ser considerado para fins de emissão de Nota Fiscal seja inferior a 30 (trinta) dias, o pagamento do prêmio de seguro será devido proporcionalmente ao número de dias de efetiva vigência da Apólice de Seguro.

6.17. Ocorrendo sinistro coberto pela Apólice de Seguro, o CONTRATANTE comunicará à seguradora, para que esta adote os procedimentos cabíveis.

6.18. No caso de despesas médico-hospitalares em consequência de acidente, o segurado será auxiliado, mediante reembolso, das despesas que vier a efetuar com tratamento médico até o valor do capital segurado estipulado.

6.19. O CONTRATANTE ou o segurado encaminhará os comprovantes originais das despesas e relatório do médico à seguradora, que fará o reembolso no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

6.19.1. O reembolso far-se-á em favor do segurado.



6.20. Pela apólice de Seguro, a seguradora garantirá o valor das importâncias seguradas, fixadas por segurado, que constituem a base de cálculo dos limites máximos das indenizações exigíveis.

6.21. A CONTRATADA deverá obedecer a legislação pertinente ao ramo de seguro.

6.22. Para início de vigência do Seguro serão aceitos como segurados todos os componentes da apólice que a CONTRATANTE mantinha, desde que apresentada listagem de segurados com base na congênere anterior.

6.23. Os segurados que vierem a se afastar durante o período de vigência da apólice CONTRATADA, terão seu direito às coberturas do Seguro preservado como se em atividade estivessem, desde que a CONTRATANTE recolha os prêmios respectivos.

6.24. Serão efetuadas mensalmente inclusões e exclusões de segurados. Os beneficiários incluídos estarão assegurados automaticamente a partir da data da assinatura do Contrato, devendo ser publicado conforme disciplinado em Lei. As inclusões serão formalizadas pela CONTRATANTE até o último dia do mês da inclusão dos segurados fornecendo nome completo, CPF e data de nascimento.

6.25. O valor do prêmio correspondente será computado na fatura do mês da inclusão.

6.26. São beneficiários do seguro de vida:

i. Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da instituição, em desenvolvimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, no âmbito do IFPB, por prazo certo e determinado, conforme condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio;

ii. Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da instituição, em desenvolvimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, em outras instituições, públicas e ou privadas, por prazo certo e determinado, conforme condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio;

iii. Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, oriundos de outras instituições de ensino, em desenvolvimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, no âmbito do IFPB, por prazo certo e determinado, conforme condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio;

iv. Discentes regularmente matriculados, nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da instituição, em desenvolvimento atividades extensão, aulas teóricas e práticas, excursões, visitas técnicas e participação em eventos de natureza científica, acadêmica, artística, cultural e desportiva em que represente a instituição.

6.27. Os demais procedimentos relativos ao seguro contratado obedecerão às normas regulamentares pertinentes e às Condições Gerais do Seguro apresentadas pela Seguradora.

6.28. Essa descrição da solução como um todo visa atender aos requisitos do inciso IV, art. 9º, da IN SEGES n.º 58, de 8 de agosto de 2022, fornecendo uma visão abrangente da proposta de contratação dos serviços objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, incluindo as exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica, quando aplicáveis.

6.29. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

**7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. Para fins de definição das quantidades estimadas para atendimento à demanda que se apresenta foram levados em consideração para uma melhor estimativa de execução dos serviços:

- i. Eventual histórico de utilização dos últimos 12 (doze) meses, provenientes de Atas de Registro de Preços e ou de Contratos pactuados no período, para atendimento às respectivas unidades;
- ii. Sazonalidades conhecidas ou períodos com grande variação de volume de utilização dos serviços;
- iii. Quantidade de discentes em período de cumprimento de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório;
- iv. Projeção para o futuro, considerando a quantidade de discentes matriculados no âmbito da instituição;
- v. Consulta a outros órgãos da Administração com perfil, necessidades ou demandas semelhantes para uma comparação;

7.2. Diante de todo o exposto, as estimativas de consumo total dos serviços, que melhor se enquadram as peculiaridades de atendimento à atual necessidade deste órgão e de suas respectivas unidades, são:

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE DE REFERÊNCIA	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL

1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoais, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e de R\$ 3.000,00 para (AF).	Vida Mês	16.900	<b>202.800</b>
---	-------	---	----------	--------	----------------

7.3. As quantidades estipulados são razoáveis e compatíveis com a realidade, considerando que foram utilizados como parâmetro de orientação os temas comuns ao ambiente administrativo e operacional das unidades que compõem a estrutura Multicampi do IFPB.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 190.632,00

8.1. Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo:

- i. Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021;

8.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 190.632,00 (cento e noventa mil, seiscentos e trinta e dois reais)**, e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais acostada aos autos do processo.

8.3. Da metodologia aplicada à política de preços:

8.3.1. De acordo com a Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021, a qual dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a pesquisa de preços:

[...]

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

8.3.2. A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se, como parâmetros, os incisos I e II em conformidade com as disposições do supracitado normativo, para obtenção do preço de referência. Foi utilizado como método para obtenção do

preço estimado a média e ou mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidu sobre um conjunto de três ou mais preços de acordo com o art. 6º da referida instrução normativa.

8.3.3. Na pesquisa de preços, foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local, incluindo prazos e local de entrega, frete, garantia exigida e marcas e modelos, quando for o caso.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da contratação deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovam ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente contratação coaduna-se com o Planejamento Estratégico Institucional, estando alinhada, ainda, com os programas de âmbito federal e objetivos e metas estratégicas do IFPB, constantes no Planejamento Estratégico Decenal do IFPB - PLANEDE 2025.

11.2. O planejamento estratégico do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) inclui como uma de suas prioridades a promoção de um ambiente seguro e protegido para todos os seus discentes. A contratação de um seguro coletivo contra acidentes pessoais está diretamente alinhada com essa prioridade, garantindo que todos os estudantes matriculados estejam protegidos em caso de acidentes durante atividades acadêmicas, estágios curriculares obrigatórios, e outras ações de ensino, pesquisa e extensão.

11.3. A estratégia do IFPB visa proporcionar uma educação de qualidade, que inclui não apenas a excelência acadêmica, mas também a garantia de condições seguras e

favoráveis para o aprendizado. A disponibilização de um seguro coletivo contribui para esse objetivo, permitindo que os discentes se concentrem em suas atividades acadêmicas sem preocupações adicionais sobre a segurança pessoal e possíveis consequências financeiras de acidentes.

11.4. Um dos pilares do planejamento estratégico do IFPB é a responsabilidade social e a inclusão. Ao contratar um seguro coletivo contra acidentes pessoais, o instituto demonstra seu compromisso com a responsabilidade social, proporcionando uma rede de segurança que beneficia todos os estudantes, incluindo aqueles de instituições externas que realizam estágios nas dependências do IFPB. Isso reforça o papel do IFPB como uma instituição inclusiva e socialmente responsável.

11.5. A contratação de seguros também está em conformidade com as exigências legais e regulatórias, refletindo o compromisso do IFPB com a governança institucional eficiente e transparente. Garantir que todos os discentes estejam protegidos por um seguro é uma prática que sustenta a integridade e a conformidade do instituto com as normas vigentes, fortalecendo a confiança da comunidade acadêmica e da sociedade.

11.6. A contratação contínua e planejada de seguros coletivos contra acidentes pessoais também contribui para a sustentabilidade financeira do IFPB. Com um planejamento adequado, o instituto pode prever e gerenciar os custos associados à proteção dos discentes, evitando despesas inesperadas e garantindo a alocação eficiente dos recursos financeiros.

11.7. As metas estratégicas do IFPB incluem a ampliação e a melhoria dos serviços oferecidos aos discentes. O seguro coletivo contra acidentes pessoais é uma extensão desses serviços, proporcionando uma cobertura que melhora significativamente a experiência acadêmica dos estudantes. Essa iniciativa está alinhada com o objetivo de promover um ambiente educacional seguro, inclusivo e de alta qualidade.

11.8. A contratação de seguro coletivo contra acidentes pessoais está intrinsecamente alinhada com o planejamento estratégico do IFPB. Ao assegurar a proteção dos discentes, o instituto reforça seu compromisso com a qualidade educacional, a responsabilidade social, a conformidade legal, a sustentabilidade financeira e a melhoria contínua dos serviços oferecidos. Essas ações não só atendem às necessidades imediatas dos estudantes, mas também contribuem para a realização dos objetivos estratégicos de longo prazo do IFPB, fortalecendo sua posição como uma instituição de referência na educação técnica e superior no Brasil.

11.9. Os serviços elencados têm sua importância técnica-operacional para o desenvolvimento hábil dos trabalhos desempenhados pelo Órgão, uma vez que estes foram definidos de forma a atender precisamente as necessidades identificadas, dotados de requisitos mínimos para a satisfação da expectativa da contratação, não sendo desarrazoados ou de luxo.

11.10. Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual 2024, em conformidade com às disposições do art. 6º, do Decreto n.º 10.947, de 25 de janeiro de 2022, consignado no relatório extraído do sistema PGC.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro coletivo contra acidentes pessoais, destinado aos discentes matriculados na âmbito do Instituto Federal da Paraíba, os quais se encontram em período de estágio curricular, obrigatório e não obrigatório, ou no desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, e demais discentes de instituições externas que realizam estágios nas dependências da instituição, para fins de atendimento as necessidades institucionais, proporcionará uma série de benefícios diretos e indiretos, alinhados aos objetivos institucionais e ao desenvolvimento nacional sustentável. Abaixo, listamos os principais ganhos a serem alcançados com essa contratação:

### **12.1.1. Ganhos Diretos**

#### **12.1.1.1. Efetividade na Proteção dos Discentes**

- i. Cobertura Integral de Acidentes: A contratação de um seguro coletivo garante que os discentes beneficiários estejam protegidos em caso de acidentes pessoais durante atividades acadêmicas, estágios curriculares obrigatórios e outras ações de ensino, pesquisa e extensão. Isso assegura que os estudantes tenham acesso a atendimento médico, indenizações por invalidez ou morte acidental, sem custos adicionais para eles ou suas famílias.
- ii. Tranquilidade e Foco Acadêmico: A proteção proporcionada pelo seguro permite que os discentes se concentrem plenamente em suas atividades acadêmicas, sabendo que estão cobertos em caso de incidentes imprevistos.

#### **12.1.1.2. Desenvolvimento Nacional Sustentável**

- i. Responsabilidade Social: A contratação do seguro contribui para a responsabilidade social do IFPB, garantindo a inclusão e proteção de todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas.
- ii. Educação Inclusiva e Segura: A disponibilização de um seguro coletivo promove um ambiente educacional inclusivo e seguro, essencial para o desenvolvimento nacional sustentável. Ao proteger os estudantes, a instituição contribui para a formação de profissionais capacitados e conscientes de suas responsabilidades sociais.

### **12.1.2. Ganhos Indiretos**

#### **12.1.2.1. Economicidade**

i. Redução de Custos com Saúde: A contratação de um seguro coletivo pode reduzir significativamente os custos que a instituição e os próprios discentes teriam com tratamentos médicos em caso de acidentes. Isso representa uma economia direta para o orçamento da instituição e das famílias dos estudantes.

ii. Previsibilidade Orçamentária: A contratação de um seguro permite ao IFPB prever e gerenciar melhor os recursos financeiros destinados à proteção dos discentes, evitando despesas inesperadas e permitindo uma alocação mais eficiente do orçamento.

#### 12.1.2.2. Eficácia

i. Gestão de Riscos: A implementação de um seguro coletivo eficaz melhora a gestão de riscos da instituição, assegurando que todas as possíveis eventualidades sejam cobertas. Isso fortalece a confiança dos discentes e das suas famílias na instituição.

ii. Aumento da Atração de Alunos: A existência de um seguro coletivo pode ser um diferencial competitivo para o IFPB, atraindo mais alunos ao oferecer um ambiente seguro e protegido.

#### 12.1.2.3. Eficiência

i. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos: Com a segurança proporcionada pelo seguro, os discentes podem participar de atividades externas, como estágios e projetos de extensão, com maior tranquilidade. Isso permite um melhor aproveitamento das oportunidades de aprendizado prático e desenvolvimento profissional.

ii. Otimização de Processos Administrativos: A contratação de um seguro coletivo padroniza e simplifica os processos administrativos relacionados à proteção dos discentes, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos humanos e materiais da instituição.

12.2. A contratação de um seguro coletivo contra acidentes pessoais para os discentes do IFPB proporciona uma série de ganhos diretos e indiretos, contribuindo para a efetividade na proteção dos estudantes e para o desenvolvimento nacional sustentável. Além de garantir a segurança e tranquilidade dos discentes, a medida promove a responsabilidade social, a economicidade, a eficácia e a eficiência na gestão dos recursos da instituição. Esses benefícios, em conjunto, fortalecem a posição do IFPB como uma instituição de ensino comprometida com a qualidade, inclusão e sustentabilidade.

12.3. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor



aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Visando a correta execução do contrato, a Administração deverá executar minimamente as seguintes ações e ou providências:

13.1.1. Providenciar, após a contratação, a designação de servidores com perfil adequado para fiscalização de cada contrato especificando, claramente, as atribuições e responsabilidades de cada partícipe, de acordo com o estabelecido pela Lei n.º 14.133/21, realizando, se necessário, um curso de capacitação para deslindar as particularidades da contratação;

13.1.2. Acompanhar rigorosamente as ações previstas na contratação apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado;

13.1.3. Garantir que os recursos orçamentários-financeiros necessários para a execução do objeto estejam disponíveis e adequadamente alocados no orçamento;

13.1.4. Identificar os principais riscos associados à execução do objeto e desenvolver planos de contingência para lidar com eventuais imprevistos;

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais significativos, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se **VIÁVEL** em termos de viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação, consoante inciso XIII, Art. 9º, da IN SG/SEDGGD/ME n.º 58, de 8 de agosto de 2022, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

15.2. A contratação dos serviços objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente  
**GLAUCIENE OLIVEIRA DE SANTANA**  
Data: 01/07/2024 16:17:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**GLAUCIENE OLIVEIRA DE SANTANA**

Membro da Equipe de Planejamento



Documento assinado digitalmente  
**ALEX SANDRO DA ROCHA**  
Data: 01/07/2024 17:00:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ALEX SANDRO DA ROCHA**

Membro da Equipe de Planejamento

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha - Levantamento de Demanda.pdf (107.24 KB)

## **Anexo I - Planilha - Levantamento de Demanda.pdf**

Serviços de Seguro Coletivo Contra Acidentes Pessoais																						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADES																QUANTIDADE TOTAL MENSAL	QUANTIDADE TOTAL ANUAL	
				REITORIA	CAMPUS CABEDELO	CAMPUS CAJAZEIRAS	CAMPUS CAMPINA GRANDE	CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA	CAMPUS ESPERANÇA	CAMPUS GUARABIRA	CAMPUS ITABAIANA	CAMPUS ITAPORANGA	CAMPUS JOÃO PESSOA	CAMPUS MONTEIRO	CAMPUS PATOS	CAMPUS PICUÍ	CAMPUS PRINCESA ISABEL	CAMPUS SANTA RITA	CAMPUS SOUSA			CAMPUS SANTA LUZIA
1	13943	Seguro coletivo contra acidentes pessoais, sem franquia, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA), Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO) e Auxílio Funeral (AF), com capital segurado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para (MA) e (IPA), cada uma, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para (DMHO) e de R\$ 3.000,00 para (AF).	Vida Mês	2500	1000	700	1000	500	600	700	600	600	3000	600	1000	700	500	800	1500	600	16900	202800